

## SUMÁRIO

<b>1. ORÇAMENTO PÚBLICO</b>	<b>1</b>
<b>2. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS</b>	<b>1</b>
<b>3. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS</b>	<b>2</b>
<b>4. EVENTOS E CAPACITAÇÕES</b>	<b>3</b>
<b>5. REGULAMENTAÇÕES, MANUAIS, NORMAS, PLANOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS</b>	<b>4</b>

### 1. ORÇAMENTO PÚBLICO

[Portaria n. 1580/2024-PTJ](#), de 22/05/2024. Tornar público, inclusive por meio eletrônico, a retificação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de MAIO/2020 a ABRIL 2021 (1º Quadrimestre 2021).

[Portaria n. 1581/2024-PTJ](#), de 22/05/2024. Tornar público, inclusive por meio eletrônico, a retificação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de SETEMBRO/2020 a AGOSTO/2021 (2º Quadrimestre 2021).

[Portaria n. 1582/2024-PTJ](#), de 22/05/2024. Tornar público, inclusive por meio eletrônico, a retificação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de JANEIRO/2021 a DEZEMBRO/2021 (3º Quadrimestre 2021).

[Portaria n. 1766/2024-PTJ](#), de 28/05/2024. Tornar público, inclusive por meio eletrônico, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de MAIO/2023 a ABRIL 2024 (1º Quadrimestre 2024).

### 2. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS

[Portaria Conjunta n. 13](#), de 16/07/2024. Estabelece parceria institucional entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas, para integração, promoção e disseminação de ações sobre linguagem simples em todo o Estado do Amazonas.

[Convênio n. 02/2024](#). Banco Santander S/A. Autoriza e regula a concessão de empréstimos, com consignação facultativa em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, aposentados e pensionistas, em conformidade com a margem consignável disponível e determinada em lei, assim como as demais condições comerciais e operacionais constantes de cada operação e de seus respectivos instrumentos.

[Convênio n. 05/2024](#). Sindicato dos Trabalhadores da Justiça - SINTJAM. Regular, nos termos das normas aplicáveis e condições previstas neste instrumento, a forma operacional a ser implementada para viabilizar o pagamento de mensalidade de associação sindical, mediante consignação em folha de pagamento, dos associados, servidores ativos do TJAM em favor do SINTJAM.

Termos de reciprocidade com hospitais, clínicas, farmácias de manipulação, laboratórios e centro educacional, objetivando a concessão de descontos diferenciados para servidores e seus dependentes. Disponível em:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/acordos-termos-convenios-e-protocolos-vigentes>

### **3. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS**

[Portaria n. 1542](#), de 13/05/2024 e [Portaria n. 2542, de 12/07/2024](#). Alteram o Anexo I da [Portaria n. 514/2023](#), que consolida normas sobre concessão e pagamento de diárias e a emissão de passagens aéreas pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como disciplina a prestação de contas.

[Portaria n. 1686](#), de 17/05/2024. Fixa o valor mensal a ser empregado com o custeio de diárias aos magistrados e servidores da Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça.

[Portaria n. 1745](#), de 21/05/2024. Destina a reserva orçamentária mensal constante no artigo 1º e 2º da [Portaria n. 602/2019](#) para pagamento das indenizações de férias não usufruídas dos magistrados, bem como férias e licenças especiais não usufruídas de servidores, e revoga a Portaria TJAM n.º 1181/2024.

[Portaria n. 1811, de 23/05/2024](#). Altera a Portaria n. [1.233/2012](#) – DVEXPED/TJ-AM, para incluir a previsão de pagamento de peritos, tradutores e intérpretes, que poderão ser pessoas físicas ou jurídicas, nos processos criminais, na qual a parte seja beneficiária da justiça gratuita.

[Portaria n. 1944, de 05/06/2024](#). Revoga os termos das Portarias n. 1832, de 27/05/2024, n. 1874, de 29/05/2024 e n. 1884, de 01/06/2024, que trata do auxílio alimentação dos servidores.

[Portaria n. 2033, de 11/06/2024](#). Dispõe sobre servidores que farão jus ao auxílio alimentação.

[Resolução n. 20](#), de 14/05/2024. Aprova anteprojeto de lei para alteração do caput do art. 73 da Lei Complementar Estadual n. [261/2023](#), que dispõe sobre a divisão e a organização judiciária do Estado do Amazonas, bem como sobre o regime jurídico da magistratura, e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares e da estrutura dos serviços notariais e de registro.

[Resolução n. 22](#), de 11/06/2024. Altera o artigo 14 e inclui os artigos 17-A e 58, da Resolução TJAM n. [62/2023](#), que dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 23](#), de 11/06/2024. Estabelece a quantidade de unidades jurisdicionais por competência na primeira e na segunda entrância do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 24](#), de 25/06/2024. Altera o inciso I do art. 172 da [Resolução n. 56/2023](#) - TJAM.

[Resolução n. 25](#), de 25/06/2024. Aprova anteprojeto de lei que cria função gratificada e cargo comissionado na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para a 3ª Vara de Manacapuru, alterando a [Lei Estadual n. 6.786/2024](#).

[Resolução n. 26](#), de 25/06/2024. Altera as Resoluções TJAM n.º [23/2023](#) e n.º [24/2023](#), para adequação às Resoluções do CNJ n. 556/2024 e n. 560/2024, tratando de condições especiais de trabalho de magistrados e servidores, respectivamente.

[Resolução n. 26](#), de 25/06/2024. Altera a Resolução TJAM n. [35/2023](#), para inclusão dos incisos V, VI e VII no art. 17, que trata das hipóteses de suspensão de férias de magistrados.

[Resolução n. 27](#), de 25/06/2024. Aprova anteprojeto de lei que altera a Lei Estadual n. [3.226/2008](#), que estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 28](#), de 25/06/2024. Altera as Resoluções TJAM n. [37/2021](#) e n. [8/2018](#), para possibilitar o acréscimo de 50% no valor de auxílio-saúde para magistrados(as) e servidores(as) com mais de 50 anos de idade, e passa a exigir a comprovação anual da contratação do plano de saúde, através de apresentação da carteira do plano contratado em data a ser definida em portaria.

[Portaria n. 2355, de 27/06/2024](#). Institui a Política de Valorização dos Servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (PVSTIC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 29](#), de 16/07/2024. Aprova anteprojeto de lei que visa revogar a alínea g, do inciso I, do artigo 95, da Lei Complementar Estadual n.º [261/2023](#).

[Resolução n. 30](#), de 16/07/2024. Dispõe sobre a concessão de licença-paternidade, licença à gestante e de licença à(ao) adotante para magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 31](#), de 30/07/2024. Regulamenta o art. 105, da Lei Complementar Estadual n. [261/2023](#), o qual dispõe sobre substituição dos Juízes, nas faltas, ausências ocasionais, férias individuais ou coletivas, licenças, impedimentos e suspeições.

[Resolução n. 32](#), de 29/07/2024. Acrescenta o artigo 3º-A na Resolução TJAM n. [31/ 2022](#), que dispõe sobre a competência territorial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital do Estado do Amazonas e dá outras providências.

[Resolução n. 33](#), de 29/07/2024. Altera a Resolução n. [56/2023](#), que dispõe sobre a estrutura e organização das unidades vinculadas à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Resolução n. [20-A/2010](#), que institui a Coordenadoria da Infância e da Juventude.

#### **4. EVENTOS E CAPACITAÇÕES**

[Portaria n. 133/2024-CGJ/AM](#), de 24/05/2024. Institui a Comissão Organizadora do 94º Encontro Nacional de Corregedores-Gerais da Justiça e do 6º Fórum Fundiário Nacional.

[Portaria n. 460/2024-CGJ/AM](#), de 03/06/2024. Institui o Prêmio “Dr. Adalberto Carim Antônio” aos atores e instituições que contribuem para o processo de Registro e Entregas de Títulos no Estado do Amazonas, no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado.

## **5. REGULAMENTAÇÕES, MANUAIS, NORMAS, PLANOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS**

[Resolução n. 19](#), de 14/05/2024. Regulamenta o art. 116, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º [261/2023](#), o qual dispõe sobre o processo de vitaliciamento dos juízes substitutos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 21](#), de 21/05/2024. Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a concessão de folgas compensatórias previstas no art. 139 da Lei Complementar Estadual n. [261/2023](#).

[Portaria n. 1799, de 23/05/2024](#). Institui a 3ª Edição do Prêmio Justiça de Qualidade e regulamenta a sua concessão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 1830, de 24/05/2024](#). Dispõe sobre a definição das áreas de atuação e a classificação das unidades organizacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 1866, de 29/05/2024](#). Dispõe sobre a criação, a estruturação e o funcionamento do Núcleo de Justiça Restaurativa do Sistema Socioeducativo.

[Portaria n. 1889, de 03/06/2024](#). Institui regras relativas ao peticionamento e cadastramento de novos precatórios, junto à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a ser realizada pelo juízo da execução diretamente pelo PROJUDI, por meio de peticionamento eletrônico.

[Portaria n. 05/2024-CGTIC](#), de 10/06/2024. Atualiza o Processo de Desenvolvimento de Software instituído pela Portaria n. 430, de 18 de fevereiro de 2022, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Anexo).

[Portaria n.º 06/2024-CGTIC](#), de 18/06/2024. Institui o programa de adoção de nuvem no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em conformidade com as diretrizes da estratégia nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), publicada na Resolução CNJ n. 370/2021.

[Portaria n. 09/2024 - CGTIC](#), de 26/06/2024. Atualiza o Plano de Transformação Digital (PTD) instituído pela portaria nº 04/2023, de 25 de maio de 2023, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Anexo).

[Portaria n. 10/2024 - CGTIC](#), de 26/06/2024. Atualiza o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2023-2024), instituído pela Portaria n. 01/2023, de 13 de março de 2023, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Anexo).

[Portaria n. 2199, de 18/06/2024](#). Revisa o Manual de Gerenciamento de Projetos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Anexo).

[Portaria n. 01/2024 - CES-AM/TJAM](#), de 25/06/2024. Institui, no âmbito do Comitê Estadual de Saúde do Amazonas do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS) do Conselho Nacional de Justiça, o Plano Estadual da Política Judiciária de Resolução

Adequada das Demandas de Assistência à Saúde do Amazonas (Anexo), em cumprimento à Resolução CNJ n. 530/2023.

[Portaria Conjunta n. 14, de 16/07/2024.](#) Instituir o Manual, o Guia Prático e a Cartilha de Linguagem Simples no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria Conjunta n. 16, de 31/07/2024.](#) Institui no âmbito do Poder Judiciário o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial do Amazonas - CEIMPA.